

Bolha dos Bancários



MAIO de 2016/nº387

Coletivo Nacional aponta reivindicações de para Campanha Nacional de 2016

Oficina apontou para cláusulas que precisam passar por aprimoramento redacional, adequações e em certos casos até exclusão de itens, que já não mais atendem às necessidades dos trabalhadores

Página 3

Mais confus o

EBC



O Diário Oficial da União publicou no dia 24 decreto com a exoneração do ministro do do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Romero Jucá, acusado de tentar obstruir as investigações da Operação Lava Jato. O presidente interino Michel Temer disse que o ex-ministro do Planejamento Romero Jucá continuará auxiliando o governo no Congresso.

- Página 2 - Nenhum direito a menos
- Página 3 - Bancários enrolam na mesa de Prevenção de Conflitos no Trabalho
- Página 3 - Defesa das empresas públicas tem que ser ampla
- Página 4 - Santander: primeira mesa sobre aditivo discute metas
- Página 4 - Em debate, o alto número de demissões no Itaú
- Página 4 -COE do Bradesco cobra transparência



Editorial

Quem dita pauta trabalhista é o trabalhador

Daqui há alguns dias, como acontece todos os anos antes da Conferência Nacional dos Bancários, estará nas ruas a consulta para Campanha Nacional Unificada dos Bancários 2016. É de extrema importância que cada bancário responda honestamente, pois o resultado será a base da pauta de reivindicações da categoria. É preciso apontar com responsabilidade quais são as questões de maior importância, pois só o trabalhador pode informar com segurança o que mais lhe incomoda, do que mais precisa.

Contudo, neste momento em que vive o Brasil, mais que a luta por empregos e salários, nós, bancários temos que estar preparados para defender a aposentadoria.

Não é aposentado? Pois, então, sua adesão a esta luta precisa ser ainda maior, uma vez que as mudanças na previdência acabam por atingir quem ainda não está em idade de aposentadoria.

Outras bandeiras que temos que levantar é a luta contra a terceirização, a entrega do Pre-Sal a grupos estrangeiros e a privatização das estatais, na defesa dos bancos públicos.

A conferência estadual acontece em julho e reunirá delegados de todo o estado. A decisão que sair desse encontro será discutida na Conferência Nacional, por

Agenda Sindical

7 e 8 de Junho

Encontros dos Bancos Privados

9 de junho

Mesa de negociação do Bradesco

20 de Maio até 3 de Julho

Conferências Regionais

17,18 e 19 de Junho

32ª CONECEP e 27º CNF BB

Nenhum direito a menos

Frente une parlamentares, dirigentes sindicais, integrantes da Justiça do Trabalho com o objetivo de barrar ameaças contra trabalhadores; participação na luta é fundamental, nossos direitos estão em jogo

Terceirização sem limites, proibição de o empregado acionar a Justiça do Trabalho para requerer direitos, desmantelamento da Previdência Social, negociação entre patrão e empregado ter mais força do que a legislação trabalhista... As ameaças aos direitos dos trabalhadores são inúmeras no Congresso Nacional e com a ascensão do "governo" interino e de caráter ultraliberal de Michel Temer..

Toda a ação leva a uma reação. Para fazer resistência a essa avalanche de retrocessos, uma Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, formada por 42 senadores e 179 deputados, foi lançada dia 18, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, em Brasília.

A primeira batalha dessa guerra começou a ser travada no mesmo dia, com a resistência contra a aprovação da medida provisória 726, que, entre outras modificações na estrutura

do governo, pretende acabar com o Ministério da Previdência Social, subordinando o INSS ao Ministério do Desenvolvimento Social e a Previdência à Fazenda.

Além dos parlamentares, a Frente conta com um conselho consultivo composto pela CUT e demais centrais sindicais, e diversas entidades e associações como a dos magistrados da Justiça do Trabalho, procuradores do Trabalho, advogados trabalhistas da América Latina, Dieese, Diap, dentre outras.

A ideia é fazer uma gigantesca campanha nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Mais do que nunca, agora é hora de estarmos unidos, participar de manifestações, protestos, enviar e-mails aos deputados e senadores a fim de pressioná-los para garantir que não mexam em nossos direitos. Depois de perdidos, será muito difícil serem recuperados.

EXPEDIENTE

FOLHA DOS BANCÁRIOS - Informativo do Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e Região
Edição de 2ª Quinzena de Maio de 2016 - N° 387

Fundado em 1986 e filiado à Fetec-SP, Contraf CUT e CUT - www.bancariosbraganca.org

Sede: R. Cel Teófilo Leme, 790 Centro - Bragança Paulista **Tel:** 11.4034.0893 - **Fax:** 11.4032.3696
contato@bancariosbraganca.org

Subsede: R. Adolfo André, 776 - Centro - Atibaia - **Tel:** 11.4412.2944 atibaia@bancariosbraganca.org

Presidente: Isabel Rosa dos Santos Machado - bel@bancariosbraganca.org

Diretor Responsável: Marcílio Barros - contato@bancariosbraganca.org

Jornalista Responsável, Projeto gráfico, redação, edição e paginação: Andréa Ono

imprensa@bancariosbraganca.org

Tiragem: 800 exemplares



Coletivo Nacional de Saúde aponta aprimoramento da minuta de reivindicações e CCT

Entre os dias 18 e 19 de maio, representantes das federações, sindicatos e a Contraf-CUT discutiram a minuta de reivindicações da categoria bancária, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e apontaram várias propostas que visam o aprimoramento das reivindicações de saúde do trabalhador e da trabalhadora, para a Campanha Nacional de 2016.

Algumas propostas foram definidas e servirão de base para as discussões nas conferências regionais, etapas preparatórias para Campanha Nacional de 2016.

Confira algumas propostas:

- Exclusão de itens que já constam da legislação de saúde;
- Alinhamento das reivindicações com os princípios que regulam a matéria de saúde dos trabalhadores, principalmente a saúde como um direito humano fundamental, tomando como base as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, Tratados Internacionais e Regramento Nacional.
- Alinhamento das reivindicações sobre a participação dos

trabalhadores e de seus representantes em todas as políticas de saúde;

- Exclusão de itens que não mais respondem às demandas de saúde dos trabalhadores dentro dos locais de trabalho;
- Atualização e adequação de terminologias que caracterizam o campo político da saúde dos trabalhadores.

Encaminhamentos:

A fase de conclusão da oficina ainda contará, nos próximos dias, com a elaboração de novas redações para artigos já existentes, adequações, atualizações, exclusões, entre outras medidas, definidas no encontro.

Todas as propostas também serão encaminhadas para as federações para que façam o debate com os seus sindicatos filiados e possam ser levadas para as conferências regionais. Caso as mudanças sejam aceitas, passarão por votação final na Conferência Nacional dos Bancários, entre os dias 29 e 31 de julho.

CCT - A CCT também foi debatida e, assim como a minuta de reivindicações, a oficina apontou para cláusulas que precisam

Banqueiros enrolam na mesa de Prevenção de Conflitos no Trabalho

O Coletivo de Saúde da Contraf-CUT se reuniu no último dia 12 com a Fenaban, para discutir a cláusula de Prevenção de Conflitos no Trabalho, cujo principal assunto em pauta é o combate ao assédio moral.

O movimento sindical cobrou dos bancos a estratificação das denúncias encaminhadas pelos Sindicatos com informações sobre o tipo de denúncia, local onde ocorreu a agressão e as providências tomadas.

Os representantes dos bancos afirmaram que ainda estão "amadurecendo" os dados e se comprometeram a apresentá-los na próxima reunião, no dia 21 de julho.

Os banqueiros estão enrolando, pois essas informações devem ser prestadas semestralmente. Enquanto isso, denunciante e denunciado estão sendo demitidos. Uma forma rápida de cortar o mal pela raiz.

Foi cobrada redução do prazo para que os bancos se posicionem a respeito das denúncias, que atualmente é de 45 dias, para 30 dias, para agilizar o andamento dos processos. A Fenaban negou esta reivindicação.

Os bancários também cobraram respostas sobre qual é o procedimento dos canais que recebem as denúncias, pois as respostas são padronizadas, independente do Estado, do banco ou do tipo de denúncia.

É preciso maior agilidade e aplicação do que for definido.

Ainda estão pendentes questões que foram objeto de debates nas Campanhas dos últimos anos, mas

Defesa das empresas públicas tem que ser ampla

O presidente da República interino Michel Temer, em pronunciamento no dia 24, deixou claro que seu governo vai forçar a privatização das empresas públicas e tentar impedir a participação de trabalhadores em seus conselhos e fundos de pensão. As declarações acendem o alerta máximo para a mobilização contra o PL 4918 e outros que tramitam pelo Congresso Nacional, e reforçam a necessidade de uma grande participação no ato em defesa das estatais e serviços públicos que acontece no dia 6.

"Temos que fazer do dia 6, uma data histórica contra esse desmonte proposto pelo governo golpista", destacou a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano. Ela lembra que, quando o PLS 555 foi votado no Senado, houve um esforço do governo no sentido de retirar do projeto itens fundamentais, como a exigência de que todas as estatais se transformassem em sociedades anônimas.

"À época, discutimos e recebemos apoio de integrantes do governo Dilma para mudar o texto do PLS 555. Agora o governo não nos apoiará, e mesmo os avanços que obtivemos poderão ser derrubados na votação do PL 4918 na Câmara, retornando ao texto original", avalia. Em seu pronunciamento Temer enfatizou a "meritocracia" para dizer que "dirigentes dos fundos de pensão e estatais" serão pessoas "tecnicamente preparadas"; ou seja, representativas apenas dos interesses de mercado.

Caixa 100% pública - Diante dessa ameaça e com o início da Campanha Salarial 2016, a defesa da **Caixa 100% Pública**



Santander: primeira mesa sobre aditivo discute met

Na primeira mesa de negociação para renovação do acordo aditivo com o Santander, os integrantes da Comissão de Organização dos Empregados (COE), formada por dirigentes sindicais de todo o país, deixaram claro aos representantes do banco que a melhoria das condições de trabalho, com revisão da forma como são instituídas as metas, e garantia de emprego estão entre as prioridades dos trabalhadores.

Mas os representantes do Santander não trouxeram resposta a nenhuma das reivindicações da pauta, entregue em 12 de maio. O banco não trouxe respostas, embora a maioria das cláusulas para o aditivo sejam conhecidas. Nem mesmo houve resposta para as já existentes que precisam apenas ser renovadas. Mas trata-se de uma primeira reunião. Esperamos que as negociações avancem a partir da segunda rodada.

Emprego – Os dirigentes ressaltaram que o Santander está demitindo. Os principais alvos são funcionários com histórico de adoecimento e com mais tempo de casa, portanto, salários mais altos. Queremos avançar em cláusulas baseadas na Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), contra demissões imotivadas e por estabilidade no emprego. Lembramos ao banco que parte dos trabalhadores do Santander já tiveram estabilidade, quando eram do Banespa, e nem por isso o Banespa deixava de dar lucro. Ou seja, é possível dar tranquilidade ao trabalhador sem resultar em mau desempenho para a empresa.

O Santander não demite na Espanha, seu país de origem. Quando há reestruturação lá, ou fechamento de agências, eles realocam. Queremos que o banco adote a mesma política no Brasil.

Condições de trabalho – "A melhoria das condições de trabalho exige mudanças na maneira como as metas são determinadas e cobradas. Essa pressão constante é que acaba provocando adoecimento do trabalhador. Por isso precisamos forçar para este ano precisamos avançar nesse ponto", afirma, Fernando Biasetto Jr., diretor do nosso Sindicato e funcionário do banco.

De acordo com os dirigentes precisam ser revistos, por exemplo: a meta contratada para o mês, possa de fato ser cumprida até o final do mês, e não nos primeiros 10 dias, como costuma ocorrer no banco. Outro ponto é que a meta tem de ser compatível com o tamanho da agência e sua localização. Eles reivindicam ainda que, em caso de redução no número de funcionários na agência, também haja redução da meta.

COE do Bradesco cobra transparência

Durante a reunião realizada entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco e a diretoria de Recursos Humanos e o departamento de relações sindicais do Bradesco, os representantes dos trabalhadores cobraram transparência nos números referentes às demissões e contratações.

Somente no primeiro trimestre do ano, tivemos 1.466 desligamentos, o que corresponde a mais de 90% de todo o primeiro semestre do ano de 2015, quando foram demitidos 1.618 funcionários.

A COE cobrou do banco um levantamento referente as demissões e contratações no período de janeiro de 2015 até maio de 2016. Também foi pontuada a falta de contratações que têm ocasionado sobrecarga de trabalho nas agências.

Ponto eletrônico - O banco apresentou o projeto de vinculação do Ponto Eletrônico à Plataforma/Estação de Trabalho, que não permitirá mais de um terminal aberto por funcionário. Até 2017, deve estar implantado em todas as agências do país.

Cláusula 57 - Atendendo a reivindicação dos trabalhadores, o banco uma

Em debate, o alto número de demissões no Itaú

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu, no último dia 25, para debater Emprego. Os representantes sindicais relataram que no país inteiro o problema é igual: alto número de demissões e falta de funcionários nos locais de trabalho, além de alto índice de problemas de saúde.

De acordo com o coordenador da COE Itaú e dirigente da Contraf-CUT, Jair Alves, muitas dessas demissões são por justa-causa, mas com motivos mínimos, por incompetência de alguns gestores.

Alves lembrou que, nas últimas reuniões, já foi proposta ao banco a recriação da Central de Realocação.

"Nós iremos cobrar um posicionamento do banco, pois essa área é de fundamental importância para os trabalhadores envolvidos nesses problemas com os gestores", diz.

GT de Saúde e Condições de Trabalho

Foi formalizado um calendário periódico de reuniões de 15 em 15 dias, com a instalação do GT (Grupo de Trabalho) de Saúde e Condições de Trabalho.

O calendário periódico de reuniões é um grande avanço os trabalhadores se reunirem com o banco quinzenalmente para discutir sobre a saúde do trabalhador e suas condições de trabalho.

Chapa 3 vence eleição para a Previ

A Chapa 3 - Compromisso com Associados, apoiada pela Contraf-CUT, obteve 27.201 votos e venceu a eleição para a renovação de parte da diretoria e conselhos da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, realizada entre 13 e 27 de maio. A Chapa 3, que concorreu com outras quatro chapas, é encabeçada por Marcel Barros, reeleito diretor de Seguridade e diretor do do nosso Sindicato. Teve o apoio da maioria das entidades sindicais e de entidades associativas de todo o país.